

Clipping n° 985

, 26 Abril 2012 - 12:42:45

Pitney Bowes dobra a velocidade de impressão da IntelliJet 20 A Pitney Bowes Semco anunciou nova velocidade de impressão para a IntelliJet 20 Printing System, que produz comunicações para clientes agora na velocidade de 122 metros (400 pés - aproximadamente 1.700 A4 por minuto 2 up) por minuto, em quatro cores, com qualidade de impressão de 1200 dpi e alimentação de papel em bobina de até 20,5 polegadas. Segundo a empresa, este aprimoramento gera diferencial competitivo para negócios de serviços e mailers de grande volume de documentos transacionais, estendendo o intervalo de desempenho do sistema e melhorando os tempos de execução de curtos prazos de produção de impressão. O sistema Pitney Bowes Semco IntelliJet produz impressos transacionais em cores, com dados e imagens variáveis, e possui o ambiente ideal para a migração de sistemas de impressão laser para inkjet, sendo possível manter as aplicações atuais com pré-impresso e fazer a migração para cores personalizadas paulatinamente, proporcionando aumento da margem de lucro. Publish

Heidelberg encerra ano fiscal com recorde de vendas no formato A2 As impressoras para formato A2 da Heidelberg, Speedmaster SM 74 e Speedmaster XL 75 - desenvolvidas para atender os segmentos comercial, editorial, de embalagens e de impressos de segurança - fecharam o ano fiscal de 2011 com mais um recorde de vendas. Repetindo o êxito mundial, no Brasil a Speedmaster SM 74 é o modelo mais vendido para impressões A2. No período de abril/2011 a março/2012 a Heidelberg do Brasil comercializou mais de 200 castelos de impressão neste formato, sendo que a SM 74 superou a casa dos 140 castelos. A configuração do equipamento pode atingir a velocidade máxima de até 15 mil folhas/hora. Ela permite a instalação de unidade de verniz em linha e dispositivo de reversão totalmente automático, entre outros fatores que possibilitam grande variedade de aplicações com excelente qualidade. Abigraf

São Paulo terá curso sobre montagem e administração de editoras No dia 5 de maio a Escola do Escritor promoverá o curso Como montar e administrar com sucesso uma editora. Serão abordados temas como o mercado editorial, a relação entre autores e a editora, capital inicial e de giro, orçamento, acabamento gráfico e distribuição. A inscrição custa R\$ 160 e deve ser feita online. O curso será ministrado por João Scortecci das 9h às 16h na Escola do Escritor (rua Deputado Lacerda Franco, 253, em Pinheiros), em São Paulo. Revista Tecnologia Gráfica

Comissão da Câmara aprova flexibilização do fator previdenciário Em reunião nesta quarta-feira (25), a Câmara de Negociação do Desenvolvimento Econômico e Social, da Câmara dos Deputados, que discute, entre outros temas, o fator previdenciário, aprovou proposta do deputado Ademir Camilo (PSD-MG), que cria alternativa ao fator previdenciário, a fórmula 85/95. A fórmula 85/95 exclui a incidência do fator previdenciário quando a soma do tempo de contribuição e da idade do segurado atingir 85 e 95 anos para mulheres e homens, respectivamente. A emenda aglutinativa global apresentada pelo deputado Ademir Camilo acrescentou novidades à proposta do deputado licenciado Pepe Vargas (PT-RS), cujo substitutivo está parado na Comissão de Finanças e Tributação.

Tanto a proposta do deputado Ademir Camilo, quanto o substitutivo do deputado Pepe Vargas mantêm o fator previdenciário (que

reduz o valor do benefício) para quem desejar aposentar-se, sem exigência de idade mínima, assim que completar o tempo, mas instituiu como alternativa as fórmulas 95 e 85 (soma da idade com o tempo de contribuição), respectivamente para homens e mulheres, que garantem uma aposentadoria sem o redutor. A proposta do deputado Camilo manteve: 1) o congelamento da tabela da expectativa de sobrevida (IBGE) quando o segurado atingir 35 anos de contribuição, se homem, ou 30, se mulher, permitindo uma redução da incidência do fator, caso resolva aposentar-se antes de alcançar as exigências das fórmulas 95 e 85; 2) a inclusão na contagem do tempo de serviço para efeito de aposentadoria o tempo de aviso prévio; 3) a garantia de contribuição à Previdência nos 12 meses anteriores à aposentadoria caso o segurado seja demitido sem justa causa; 4) o cálculo do benefício de 70% das maiores contribuições a partir de 1994, em lugar de 80%, como é atualmente; e 5) a exclusão da aplicação do fator previdenciário para o segurado deficiente; E acrescentou: 1) um redutor de 2% para cada ano que faltar para o segurado atingir a fórmula 85/95, se acarretar valor maior ao segurado no caso da aplicação direta do fator. Esta regra não exclui o cumprimento dos requisitos mínimos para aposentadoria por tempo de contribuição - 35 anos (homem) e 30 (mulher); e 2) um multiplicador de 2% para cada ano que o segurado ficar na ativa quando cumprir os requisitos da fórmula 85/95. Do mesmo modo, a aplicação desta regra não exclui os requisitos mínimos para aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade - 30 (mulher), 35 (homem) e 60 (mulher) e 65 (homem). **Desdobramentos** Pelo entendimento pactuado na Câmara de Negociação do Desenvolvimento Econômico e Social, com a aprovação do novo texto que flexibiliza o fator previdenciário, o próximo passo será aprovar urgência para apreciação da matéria no plenário. Aprovado o novo texto pelo plenário, o projeto retorna ao exame do Senado (Casa de origem da matéria), que poderá cancelar o texto da Câmara ou manter o que já fora aprovado pelo Senado.

Fator previdenciário Sancionada em 1999, a Lei 9.876, que instituiu o fator previdenciário, tinha por objetivo inibir as aposentadorias precoces, pois segundo seus idealizadores, a equação idade ou tempo de contribuição, com a expectativa de sobrevida no momento de se aposentar seria uma alternativa de controle de gastos da Previdência Social. **Fórmula 85/95** Por esta regra, alternativa ao fator previdenciário, o cálculo da aposentadoria quando a soma da idade com o tempo de contribuição for 85 para mulher, 95 para homem, 80 para professora e 90 para professor, o trabalhador receberá seus proventos integrais. **Leia mais: Mudança no fator previdenciário: este é o momento**

Presidentes do STF e do TST abrem Seminário sobre Liberdade Sindical O presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen abriu, nesta quarta-feira (25), à noite o Seminário sobre Liberdade Sindical e os Novos Rumos do Sindicalismo no Brasil, em solenidade que contou com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ayres Britto. A mesa contou ainda com a diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Laís Abramo, do ministro do Trabalho e Emprego, Paulo Roberto dos Santos Pinto, do procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, da perita da OIT Cleopatra Doumbia-Henry, do vice-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Alberto de Paula Machado, do especialista argentino Mario Ackerman, perito da OIT, a quem coube a palestra de abertura, e o presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), juiz Renato Henry Sant'Anna.

A diretora da OIT, Laís Abramo, saudou a iniciativa do TST, que deve proporcionar um importante avanço no conhecimento e nas discussões sobre o direito sindical e a negociação coletiva. Ela lembrou que o Brasil tem se destacado no cenário internacional por suas ações pela promoção do trabalho decente e vem se tornando uma referência em diversas áreas, como o combate ao trabalho infantil e degradante, à discriminação, ao desemprego. **OIT: convenções importantes** Mas ressaltou também que, das oito convenções fundamentais da OIT, a única que o Brasil ainda não ratificou foi a Convenção 87, relativa à liberdade sindical e à proteção do direito de sindicalização - que será um dos pontos centrais das discussões travadas durante o seminário.

O ministro Dalazen, em seu pronunciamento, ressaltou que a ideia de promover um amplo debate sobre a questão sindical surgiu

da constata ç ão de que o modelo sindical brasileiro exige mudan ças. "O semin ário é um esfor ço bem intencionado com vistas ao aperfei çoamento do ordenamento jur ídico brasileiro no que tange às rela ç ões de trabalho", afirmou.

O presidente do TST lembrou que o Direito do Trabalho deve muito, "sen ão tudo", de sua origem e fortalecimento à forma ç ão dos sindicatos, "organiza ç ões absolutamente essenciais e indispens áveis no sistema capitalista". Mas o modelo brasileiro atual, por ém, exige reflex ão e mudan ça, a fim de garantir a representatividade efetiva dos trabalhadores.

Cr íticas ao modelo atual Para Dalazen, os dois principais pilares do sindicalismo nacional - a unicidade de representa ç ão e o custeio obrigat ório das entidades sindicais - resultaram num cen ário de prolifera ç ão de sindicatos."Contamos com mais de 14 mil sindicatos no pa ís, e, com honrosas exce ç ões, a maioria de pouca ou nenhuma representa ç ão", afirmou. "Temos milhares de sindicatos inexpressivos de empregados e de empresas, em larga medida em virtude do monop ólio da representa ç ão e da receita f ácil da contribui ç ão obrigat ória".

A crise da representatividade e a busca de sa ídas que fortale çam e legitimem a atua ç ão dos sindicatos, com a participa ç ão efetiva dos trabalhadores, ser ão tratadas nos pain éis que comp ãem a programa ç ão do semin ário, que se estende até sexta-feira (27). (Fonte: Notícias do TST)

Desemprego aumenta e chega a 10,8% em mar ço, aponta Dieese Pelo terceiro m ês seguido, a taxa de desemprego aumentou, ao passar de 10,1% em fevereiro para 10,8% em mar ço, no conjunto das sete regi ões metropolitanas pesquisadas pela Funda ç ão Sistema Estadual de An álise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estat ística e Estudos Socioecon ômicos (Dieese).Em mar ço do ano passado, a taxa estava em 11,2% da popula ç ão economicamente ativa (PEA).De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), 2,423 milh ões de pessoas estavam desempregadas no per íodo.O n úmero representa um acréscimo de 175 mil na compara ç ão com fevereiro e uma redu ç ão de 13 mil em rela ç ão a mar ço de 2011.O n ível de ocupa ç ão caiu 0,5%, com o corte de 92 mil vagas. Paralelamente, 84 mil pessoas entraram no mercado de trabalho.Em todas as regi ões metropolitanas pesquisadas, houve eleva ç ão na taxa de desemprego, na compara ç ão com fevereiro. O maior aumento ocorreu em Fortaleza, onde o índice passou de 8,5% para 9,3% da PEA.No conjunto das regi ões, a ind ústria fechou 53 mil postos, uma queda de 1,8%. A categoria outros setores, que inclui emprego dom éstico, registrou uma redu ç ão de 47 mil empregos (queda de 3%).Na constru ç ão civil, houve elimina ç ão de 35 mil vagas (redu ç ão de 2,5%).O com ércio foi respons ável pela abertura de 20 mil postos, um aumento de 0,6%. No setor de servi ços, foram criados 23 mil empregos, uma alta de 0,2%. (Fonte:Ag ência Brasil)

Produ ç ão industrial cresce em mar ço ap ós seis meses de queda Segundo an úncio da Confedera ç ão Nacional da Ind ústria (CNI), a produ ç ão industrial voltou a crescer em mar ço, ap ós seis meses de queda, embora os estoques de produtos finais continuem acima do planejado.O n ível de utiliza ç ão da capacidade instalada, por ém, manteve-se abaixo do usual para o m ês. Segundo a pesquisa Sondagem Industrial da CNI, em mar ço, a produ ç ão ficou em 54,6 pontos ante os 53,3 pontos registrados no mesmo per íodo do ano passado. Em fevereiro deste ano, o indicador ficou em 46,5 pontos.O indicador da CNI varia de zero a 100 pontos, sendo 50 pontos a linha divis ória. No caso do n úmero de empregados no setor, o indicador passou de 48,3 pontos para 49,5 pontos de fevereiro para mar ço e ficou abaixo do registrado em mar ço de 2011, com 51,3 pontos.A CNI informou ainda que a ind ústria operou, em m édia, com 72% da capacidade instalada em mar ço. O indicador aumentou 1 ponto percentual entre fevereiro e mar ço, e ficou 1 ponto percentual abaixo do apurado no mesmo m ês do ano anterior, quando registrou 73%.O n ível dos estoques de produtos finais ficou est ável na compara ç ão com o m ês anterior. O indicador tem oscilado em torno de 50 pontos desde novembro de 2011. Em fevereiro, o indicador registrou 51,1 pontos e em mar ço caiu para 49,8 pontos. Em mar ço de 2011, ficou em 50,5 pontos.A CNI destacou tamb ém que continuam as dificuldades para ajustar os estoques, principalmente nas grandes empresas. O indicador de estoque efetivo em rela ç ão ao planejado situou-se em 51,6 pontos em mar ço, contra 52,1 pontos em fevereiro. Em mar ço do ano passado, foram registrados 50,1 pontos. (Fonte: Ag ência Brasil)

Jorge Caetano Fermino